AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES: UM RECORTE POR GÊNERO

Matheus De Sousa Nobre[1]
Prof. Dr. Jairo Domingos De Morais[2]

RESUMO

As Práticas Integrativas e Complementares (PICs) abrangem métodos que promovem processos naturais de prevenção e recuperação da saúde, distinguindo-se por integrar aspectos físicos e psicossociais ao cuidado. No entanto, a adesão e a implementação das PICs enfrentam desafios consideráveis, como a escassez de capacitação e a limitação de recursos financeiros. Nesse contexto, o presente estudo objetiva avaliar o nível de conhecimento dos profissionais de saúde em dois municípios do interior cearense sobre as PICs. O trabalho faz um recorte específico por gênero do projeto de pesquisa intitulado "Avaliação de Estratégia Educativa sobre Terapias Alternativas e Complementares em Saúde para Profissionais de Saúde de Municípios do Interior Cearense. O estudo foi conduzido em formato transversal, abrangendo profissionais de saúde atuantes em Unidades Básicas de Saúde (UBS) dos municípios de Acarape e Redenção, no estado do Ceará. Participaram do estudo 118 profissionais, com no mínimo seis meses de atuação nas UBS. Os resultados revelaram disparidades significativas no conhecimento sobre as PICs entre os gêneros, com 53% das mulheres e 45% dos homens indicando ausência total de conhecimento sobre o tema. A insuficiência de capacitação em municípios do interior configura-se como um obstáculo relevante à incorporação efetiva das PICs nos serviços de saúde. Para promover uma aplicação mais ampla e qualificada das PICs e potencializar o cuidado prestado pela atenção básica, torna-se imprescindível a ampliação dos programas de educação permanente e o fomento à formação continuada dos profissionais de saúde.

Palavras-chave: Práticas Integrativas e Complementares; Capacitação Profissional; Atenção Básica.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira , Instituto Ciências da Saúde (ICS), Discente, sousanbr@gmail.com[1]
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto Ciências da Saúde (ICS) , Docente, jairo@unilab.edu.br[2]

ISSN: 2447-6161

INTRODUÇÃO

A busca pela ampliação das abordagens de cuidado à saúde tem se consolidado com o avanço das Práticas Integrativas e Complementares (PICs), que compreendem um conjunto de recursos e sistemas voltados à prevenção e recuperação da saúde. As PICs promovem o fortalecimento dos processos naturais de cura e recuperação, com ênfase na construção de um vínculo terapêutico acolhedor e na integração entre o ser humano, o ambiente e a sociedade. Entre as características principais dessas práticas, destaca-se a visão ampliada do processo saúde-doença e a valorização do autocuidado, atributos que as tornaram populares em diferentes culturas e historicamente reconhecidas por seus benefícios à saúde pública (Lima et al., 2018; Paiva et al., 2019). No Brasil, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) incentivou uma expansão significativa da oferta de PICs nos serviços de saúde, especialmente na atenção básica, onde os profissionais desempenham um papel crucial para tornar essas abordagens acessíveis e incorporadas ao cotidiano dos atendimentos (Barbosa et al., 2020). Entretanto, apesar de sua expansão e dos impactos positivos, a implementação das PICs enfrenta desafios substanciais, como a falta de profissionais capacitados, insuficiência de financiamento e escassez de espaços adequados para sua prática, fatores que dificultam sua plena adesão e eficácia nos serviços de saúde (Barros,2020). Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo avaliar o nível de conhecimento dos profissionais de saúde de municípios do interior cearense sobre práticas integrativas e complementares.

METODOLOGIA

Este estudo aborda um recorte por gênero do projeto de pesquisa intitulado “Avaliação de Estratégia Educativa sobre Terapias Alternativas e Complementares em Saúde para Profissionais de Saúde de Municípios do Interior Cearense.” Realizou-se um estudo transversal com profissionais de saúde de Unidades Básicas de Saúde (UBS) dos municípios de Acarape e Redenção, no interior do Ceará. O município de Redenção conta com uma população de 27.633 habitantes, distribuídos em 10 UBS, sendo três na zona urbana e sete na zona rural, com 63 Agentes Comunitários de Saúde (ACS), 10 médicos, 10 enfermeiros e 10 dentistas. Já o município de Acarape possui 15.338 habitantes e 11 UBS, das quais duas são urbanas e nove rurais, com 33 ACS, 11 médicos, 11 enfermeiros e 11 dentistas, totalizando 159 profissionais de saúde. A técnica de amostragem estratificada foi aplicada com cálculo de população finita, nível de confiança de 95% e erro amostral de 5%, garantindo a aleatoriedade e confiabilidade do estudo, resultando em uma amostra de 114 profissionais, acrescidos de mais quatro para as intervenções de formação em Práticas Integrativas e Complementares (PICs), totalizando 118 profissionais. Os critérios de inclusão foram profissionais lotados há mais de seis meses nas UBS dos municípios, e os critérios de exclusão incluíram profissionais em licença (maternidade, saúde), férias ou que estivessem ausentes em pelo menos um dos dias da intervenção.

Para o desenvolvimento da pesquisa, estabeleceram-se contatos com as Secretarias Municipais de Saúde de ambos os municípios, o que permitiu obter a lista completa dos profissionais de saúde e a aplicação dos questionários pertinentes à pesquisa. A coleta de dados iniciou-se no segundo semestre de 2023 e foi concluída no início de 2024. Durante a aplicação dos questionários, os profissionais foram abordados em seus locais de trabalho, receberam explicações sobre os objetivos e benefícios do estudo e, ao concordarem em participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em seguida, responderam ao

ISSN: 2447-6161

questionário para coleta de dados sociodemográficos e um pré-teste para avaliar o nível de conhecimento sobre PICs. Os dados coletados foram organizados no software Microsoft Excel®, e a análise foi realizada com o software IBM-SPSS 22.0 para a obtenção de estatísticas descritivas. Por envolver pesquisa com seres humanos, o estudo seguiu as diretrizes e normas regulamentadoras estabelecidas pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos, conforme parecer nº 5.897.037 e CAAE nº 64763222.9.0000.5576.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à faixa etária, tanto homens quanto mulheres participantes concentram-se predominantemente acima dos 30 anos, com uma maior proporção de mulheres (81,5%), como pode ser observado na tabela 1. Já em relação ao estado civil, a análise comparativa indica que (65%), das mulheres são casadas ou mantêm união estável, em comparação a 50% dos homens. Já entre os solteiros, observa-se maior representatividade masculina, com metade dos participantes deste grupo não possuindo vínculo conjugal, o que sugere uma distribuição distinta de estabilidade conjugal entre os gêneros.A comparação das categorias profissionais revela a predominância de mulheres entre os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que representam 34% das profissionais femininas, enquanto a mesma ocupação corresponde a (55%), entre os homens. Profissões como enfermagem e técnico de enfermagem mantêm uma predominância feminina, enquanto a distribuição entre médicos é equilibrada entre os gêneros. Esses dados revelam não apenas a diversidade, mas uma distribuição diferencial das funções exercidas por gênero.

Quanto ao tempo de atuação, verifica-se que a maior parte dos profissionais com menos de cinco anos de experiência é composta por mulheres (58%), enquanto a proporção é menor entre os homens (45%). Já entre os que atuam há mais de cinco anos, os homens representam uma maioria de 55%, enquanto entre as mulheres essa proporção é de (42%), o que pode refletir uma diferença no tempo de inserção e continuidade no serviço entre os gêneros. Em relação ao conhecimento sobre PICs, os dados mostram uma disparidade entre os gêneros, com (53%), das mulheres e (45%), dos homens declarando ausência total de conhecimento sobre o tema, enquanto o baixo nível de conhecimento é identificado em (47%), das mulheres e (55%), dos homens. Esses dados indicam uma necessidade de capacitação focada em ambos os gêneros, mas com uma atenção especial às particularidades observadas, o que reforça a importância de estratégias educativas direcionadas e adaptadas.

Tabela1: Perfil sociodemográfico dos profissionais de saúde.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Conforme estabelecido pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), a Atenção Básica em Saúde (ABS) no Sistema Único de Saúde (SUS) funciona como o primeiro ponto de contato e a porta de entrada dos usuários na rede de atenção à saúde (Ferreira Americo et al., 2024). Essa função torna a ABS um espaço estratégico para a implementação de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs), promovendo um acesso facilitado e contínuo a essas práticas. Dados do Ministério da Saúde (MS) confirmam que grande

ISSN: 2447-6161

parte dos serviços de PICs é ofertada no âmbito da atenção básica, reforçando a importância da ABS na expansão dessas práticas e na garantia de uma assistência integral e equitativa à população (Brasil, 2017).Embora existam políticas nacionais que habilitem diversos profissionais de saúde, como enfermeiros, fisioterapeutas e farmacêuticos, para a execução das PICs, a baixa adesão a especializações e as lacunas na formação inicial limitam o desenvolvimento pleno dessas competências (Ruela et al., 2019). Um estudo realizado por Silva e colaboradores (2021) aponta que a principal dificuldade na implementação das PICs decorre do desconhecimento sobre a política de inserção dessas práticas no SUS, além da falta de capacitação profissional de qualidade ofertada pela rede pública.

Estudos sobre a implementação das PICs no SUS revelam que a maior parte das formações ocorre por meio de instituições privadas, especialmente por meio de cursos de pós-graduação lato sensu (Habimorad et al., 2020; Azevedo & Pelicioni, 2011; Teixeira & Lin, 2013). Tais formações podem acarretar problemas na implementação no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS) e do SUS, pois não atendem às especificidades e complexidades do sistema público, além de reproduzirem modelos educacionais voltados quase exclusivamente à prática privada (Tesser, 2018).No contexto da presente pesquisa, os dados mostram um cenário preocupante quanto ao conhecimento dos profissionais de saúde sobre PICs. Os resultados indicam que grande parte dos profissionais de ambos os gêneros apresenta um conhecimento insuficiente sobre essas práticas, o que reflete a carência de incentivos formais e de programas educativos voltados ao melhor entendimento das PICs. Nos municípios analisados, observa-se que essa falta de conhecimento está associada às dificuldades de capacitação em regiões mais afastadas, como as cidades deste estudo, onde o acesso ao conhecimento por meio da rede pública ou privada é limitado.Esses achados indicam que estratégias educativas direcionadas, juntamente com incentivos para capacitação continuada, são essenciais para qualificar os profissionais de saúde para a prática das PICs, promovendo, assim, uma assistência integrada e mais acessível à população.

CONCLUSÕES

O estudo revelou um baixo nível de conhecimento dos profissionais de saúde acerca das práticas integrativas e complementares, com variações de entendimento entre gêneros e categorias profissionais. A carência de capacitação em municípios do interior é um desafio que limita a incorporação efetiva das PICs nos serviços de saúde. Para fortalecer a aplicação das PICs e otimizar o cuidado oferecido pela atenção básica, faz-se necessária uma ampliação dos programas de educação permanente e incentivos de formação continuada. Essas estratégias visam capacitar adequadamente os profissionais e consolidar a oferta das PICs no SUS, garantindo um cuidado mais acessível e abrangente à população.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa intitulada “Avaliação de Estratégia Educativa sobre Terapias Alternativas e Complementares em Saúde para Profissionais de Saúde de Municípios do Interior Cearense.” e executada entre 01/10/2023 e 30/09/2024, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) da Unilab

ISSN: 2447-6161

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elaine de; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Práticas integrativas e complementares de desafios para a educação. Trabalho, Educação e Saúde, v. 9, n. 3, p. 361-378, nov. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s1981-77462011000300002. Acesso em: 16 out. 2024.

BARBOSA, Fernanda Elizabeth Sena et al. Oferta de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Estratégia Saúde da Família no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 1, 2020. Disponível em:https://doi.org/10.1590/0102-311x00208818. Acesso em: 16 out. 2024.

BARROS, Leylaine Christina Nunes de et al. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde: Percepções dos Gestores dos Serviços. Escola Anna Nery, v. 24, n. 2, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2019-0081. Acesso em: 16 out. 2024.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. 27 mar. 2017. Disponível em:https://www.as.saude.ms.gov.br/praticas-integrativas-complementares/legislacao/. Acesso em: 16 out. 2024.

FERREIRA AMERICO, Mariana et al. Repercussões da política nacional de atenção básica nos serviços oferecidos pela atenção primária à saúde no Brasil: revisão de escopo. Revista Saber Digital, v. 17, n. 3, p. e20241701, 6 set. 2024. Disponível em:https://doi.org/10.24859/saberdigital.2024v17n3.1528. Acesso em: 16 out. 2024.

HABIMORAD, Pedro Henrique Leonetti et al. Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 2, p. 395-405, fev. 2020. Disponível em:https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.11332018. Acesso em: 16 out. 2024.

LIMA, Cássio de Almeida et al. Integrative and complementary practices: use by community health agents in self-care. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 71, suppl 6, p. 2682-2688, 2018. Disponível em:https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0078. Acesso em: 16 out. 2024.

PAIVA, Samara Moreira de Paula et al. Avaliação do uso das práticas integrativas e complementares em saúde por parte da população juiz-forana. Brazilian Journal of Health and Pharmacy, v. 1, n. 4, 2019b. Disponível em: https://doi.org/10.29327/226760.1.4-4. Acesso em: 16 out. 2024.

RUELA, Ludmila de Oliveira et al. Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura. Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, n. 11, p. 4239-4250, nov. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.06132018. Acesso em: 16 out. 2024.

SILVA, Pedro Henrique Brito da et al. Formação profissional em Práticas Integrativas e Complementares: o sentido atribuído por trabalhadores da Atenção Primária à Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 2, p. 399-408, fev. 2021. Disponível em:https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.40732020. Acesso em: 16 out. 2024.

TEIXEIRA, Marcus Zulian; LIN, Chin An. Educação médica em terapêuticas não convencionais. Revista de Medicina, v. 92, n. 4, p. 224, 21 dez. 2013. Disponível em:https://doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v92i4p224-235. Acesso em: 16 out. 2024.

ISSN: 2447-6161

TESSER, Charles Dalcanale; SOUSA, Islandia Maria Carvalho de; NASCIMENTO, Marilene Cabral do. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde brasileira. Saúde em Debate, v. 42, spe1, p. 174-188, set. 2018. Disponível em:https://doi.org/10.1590/0103-11042018s112. Acesso em: 16 out. 2024.

ISSN: 2447-6161